

fomento e indução da política pública, em vez de procedimentos fragmentados. O recorrente fez uso da palavra por 10 (dez) minutos, afirmando que a sua representação buscava resolver o problema em 93,47% dos municípios pernambucanos. Solicitou uma Recomendação Geral às Promotorias para o acompanhamento do cumprimento do cronograma. O(A) relator(a), então, expôs seu voto pelo conhecimento e pelo provimento do recurso, baseando seu voto na alteração do contexto fático desde o arquivamento anterior (2022), em razão da transferência da concessão do serviço e da criação de planos microrregionais. Justificou o provimento pela necessidade de instauração de Procedimento Administrativo para o acompanhamento da política de saneamento, tendo em vista seu caráter estruturante e transversal. Sugeriu que o ato fosse norteado pela Nota Técnica 01/2025 do CAOP Meio Ambiente. O Dr. Renato da Silva Filho sugeriu que fosse feita uma divulgação pela comunicação oficial do CSMP sobre a decisão, para alcançar os colegas, já que um enunciado pressupõe decisões reiteradas no mesmo sentido. A Drª. Lucila Varejão Dias Martins sugeriu que, em vez de um enunciado, o Conselho emitisse uma Recomendação ao Procurador-Geral de Justiça, com o apoio do CAOP Meio Ambiente, para orientar os promotores na atuação transversal, envolvendo áreas como saúde e patrimônio público. A Drª. Liliane acatou a sugestão. O Dr. Aguinaldo Fenelon de Barros disse ter confirmado com o promotor de justiça titular da PJ de origem que ele (o promotor) comungava da posição da relatora, razão pela qual o Conselheiro sugeriu que o procedimento fosse devolvido para ele ao invés de ser encaminhado para seu substituto e que a recomendação viesse do Procurador-Geral de Justiça (em vez do Conselho Superior) com sugestão do CAOP, por entender ser o normal e para que o Conselho Superior não fiscalizasse um ato próprio. O Dr. Marco Aurélio Farias retirou-se da sessão. Após a Drª. Liliane da Fonseca fazer a leitura do voto para confirmar que, dado o posicionamento do promotor titular em exercício (que havia dito aceitar a decisão do Conselho), os autos seriam devolvidos a ele para instaurar o Procedimento Administrativo, o Colegiado convergiu. Colocado em votação, o Colegiado, por unanimidade, conheceu e proveu o recurso, nos termos do voto do(a) relator(a), devolvendo-o a Promotoria de Justiça de origem, a fim de que instaure o respectivo procedimento administrativo de acompanhamento da política pública de saneamento. O Colegiado, por fim, concordou que as Drs. Liliane da Fonseca e Lucila Varejão ficariam encarregadas de trazer a minuta da recomendação para debate. O Presidente em exercício colocou em discussão a indicação de um integrante do Colegiado para compor a comissão da Medalha Roberto Lyra. A Drª. Lucila Varejão Dias Martins foi indicada pelo Presidente em exercício para representar o Colegiado na comissão que tratará da indicação dos agraciados com a Medalha Roberto Lyra no Dia do Ministério Público. A indicação foi aprovada por unanimidade. O Presidente em exercício, então, encerrou a sessão, agradecendo a participação de todos.

consumados, contra a vida;

CONSIDERANDO o cumprimento das etapas previstas na Resolução CPJ 003/2018, nos autos dos procedimentos de gestão administrativa SEI nº. 19.20.0239.0019636/2025-58; 19.20.1784.0028977/2024-59; 19.20.1783.0030229/2024-26 e 19.20.2221.0006336/2023-19;

CONSIDERANDO recomendação do Conselho Nacional do Ministério Públco para que a Procuradoria-Geral de Justiça promova a extinção, transformação ou fusão das referidas Promotorias Cíveis de Caruaru, após detectar discrepância entre número excessivo de Promotores de Justiça com atribuição Cível e um quantitativo de volume de processos considerado baixo.

CONSIDERANDO os dados objetivos do Mapa Nacional do Tribunal do Júri, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que apontam a necessidade de fortalecimento da área criminal, mas especificamente do Tribunal do Júri em Caruaru;

CONSIDERANDO o cumprimento das etapas previstas na Resolução CPJ 003/2018, com o pronunciamento da Corregedoria-Geral do Ministério Públco;

CONSIDERANDO, a proposta do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça, submetida à deliberação deste Colegiado;

CONSIDERANDO a necessidade e a conveniência do serviço público;

RESOLVE:

Art. 1º – TRANSFORMAR a 3^a Promotoria de Justiça Cível de Caruaru em 14^a Promotoria de Justiça Criminal de Caruaru com atuação específica na Vara Privativa do Tribunal do Júri, conforme definido no Anexo I desta Resolução.

Art. 2º - Modificar as atribuições do cargo de 1º Promotor de Justiça Cível de Caruaru para atuação perante a 2^a Vara de Família e Registro Civil de Caruaru, Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) e à Central de Cartas de Ordem, Rogatória e Precatória de Caruaru;

Art 3º - Modificar as atribuições do cargo de 2º Promotor de Justiça Cível de Caruaru para atuação perante a 1^a Vara de Família e Registro Civil de Caruaru, 3^a, 4^a, 5^a e 6^a Varas Cíveis, Vara de Sucessões e Registros Públicos e 1^a e 2^a Varas da Fazenda Pública;

Art 4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Recife, 26 de novembro de 2025.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO
Procurador-Geral de Justiça
Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO CPJ Nº 07/2025 Recife, 26 de novembro de 2025

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições contidas no art. 12, inciso II, c/c o disposto no art. 21, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 12, de 27 de dezembro de 1994, com as alterações constantes na Lei Complementar Estadual nº. 21, de 28 de dezembro de 1998;

CONSIDERANDO expedientes encaminhados ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça para análise e pronunciamento com relação à possibilidade de criação/ transformação de um cargo de Promotor de Justiça Criminal de Caruaru, com atribuição na Vara Privativa do Tribunal do Júri daquela Comarca;

CONSIDERANDO o interesse público primário e busca por maior efetividade de prestação jurisdicional, especialmente no enfrentamento aos autores de crimes dolosos, tentados ou

RESOLUÇÃO CPJ Nº 08/2025 Recife, 26 de novembro de 2025

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições contidas no art. 12, inciso II, c/c o disposto no art. 21, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 12, de 27 de dezembro de 1994, com as alterações constantes na Lei Complementar Estadual nº. 21, de 28 de dezembro de 1998;

CONSIDERANDO expediente encaminhado ao Gabinete do

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:
Renato da Silva Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:
Hélio José de Carvalho Xavier

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS JURÍDICOS:
Renato da Silva Filho

CORREGEDORA-GERAL
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

CORREGEDOR-GERAL SUBSTITUTO
Charles Hamilton dos Santos Lima

SECRETÁRIA-GERAL:
Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE
Frederico José Santos de Oliveira

COORDENADORA DE GABINETE
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUVIDORIA
Maria Lizandra Lira de Carvalho

CONSELHO SUPERIOR

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho
(Presidente)

Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

Aguinaldo Fenelon de Barros

Giani Maria do Monte Santos

Cristiane de Gusmão Medeiros

Carlos Alberto Pereira Vitorio

Liliane da Fonseca Lima Rocha

Charles Hamilton dos Santos Lima

Liliane Varejão Dias Martins



Ministério Públco de Pernambuco

Roberto Lyra - Edifício Sede
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio
CEP 50.010-240 - Recife / PE
E-mail: imprensa@mppe.mp.br
Fone: 81 3182-7000

Procurador-Geral de Justiça para análise e pronunciamento com relação à revisão das atribuições das Promotorias de Justiça de Moreno;

CONSIDERANDO o interesse público primário bem como a efetividade da prestação jurisdicional;

CONSIDERANDO as conclusões do Procedimento de Gestão Administrativa SEI nº

19.20.2221.0031474/2023-02, que apontam a necessidade de revisão das atribuições dos cargos de 1º e 2º Promotor de Justiça de Moreno, com o fim de adequação a Resolução CPJ nº 003/2018;

CONSIDERANDO o cumprimento das etapas previstas na Resolução CPJ 003/2018, com o pronunciamento da Corregedoria-Geral do Ministério Públco, bem como a necessidade de adequação das curadorias de acordo com tal instrumento normativo;

CONSIDERANDO a aprovação de proposta de divisão de atribuições pelo Colégio de Procuradores de Justiça, em sessão ordinária realizada no dia 24 de novembro de 2025;

CONSIDERANDO a necessidade e a conveniência do serviço público;

RESOLVE:

Art. 1º – MODIFICA as atribuições do 1º cargo de Promotor de Justiça de Moreno, que passa a ter atuação judicial perante a Vara Cível de Moreno e extrajudicial na defesa dos direitos das Fundações, Meio Ambiente, Patrimônio Públco, Consumidor, Habitação e Urbanismo, Infância e Juventude, Direitos Humanos, Saúde, Educação e Idoso;

Art. 2º - MODIFICA as atribuições extrajudiciais do 2º cargo de Promotor de Justiça de Moreno, que passa a ter atuação judicial perante a Vara Criminal de Moreno e extrajudicial no Controle Externo da Atividade Policial e no Combate à Sonegação Fiscal;

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor a partir do dia 01/12/2025 ;

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Recife, 26 de novembro de 2025.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO
Procurador-Geral de Justiça
Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça

CONSIDERANDO, a proposta do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça, submetida à deliberação deste Colegiado;

CONSIDERANDO a aprovação de proposta de divisão de atribuições pelo Colégio de Procuradores de Justiça, em sessão ordinária realizada no dia 24 de novembro de 2025;

CONSIDERANDO a necessidade e a conveniência do serviço público;

RESOLVE:

Art. 1º – ALTERAR as atribuições do cargo de 1º Promotor de Justiça Criminal de Santa Cruz do Capibaribe, que passa a ter atuação perante a 1ª Vara Criminal e sessões plenárias do Tribunal do Júri e extrajudiciais nas curadorias dos crimes contra a ordem tributária e no controle externo da atividade policial;

Art. 2º – ALTERAR as atribuições do cargo de 2º Promotor de Justiça Criminal de Santa Cruz do Capibaribe, que passa a ter atuação perante a 2ª Vara Criminal e sessões plenárias do Tribunal do Júri e extrajudiciais nas curadorias dos crimes contra a ordem tributária e no controle externo da atividade policial;

Art. 3º – ALTERAR as atribuições do cargo de 1º Promotor de Justiça Cível de Santa Cruz do Capibaribe, que passa a ter atuação perante a 2ª Vara Cível e Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC e extrajudiciais nas curadorias do Infância e Juventude, Educação, Saúde e Idoso;

Art. 4º – ALTERAR as atribuições do cargo de 2º Promotor de Justiça Cível de Santa Cruz do Capibaribe, que passa a ter atuação perante a 1ª Vara Cível, Vara da Fazenda Pública e Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC e extrajudiciais nas curadorias do Patrimônio Públco e Social, Fundações, Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo, Consumidor e Cidadania Residual;

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor a partir do dia 01/12/2025;

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o art.1º, incisos I e III, da Res.CPJ 007/2014.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Recife , 26 de novembro de 2025.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO
Procurador-Geral de Justiça
Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça

RESOLUÇÃO CPJ Nº 09/2025

Recife, 26 de novembro de 2025

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições contidas no art. 12, inciso II, c/c o disposto no art. 21, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 12, de 27 de dezembro de 1994, com as alterações constantes na Lei Complementar Estadual nº. 21, de 28 de dezembro de 1998;

CONSIDERANDO o requerimento formulado pelos membros titulares dos cargos de Promotor de Justiça Cível de Santa Cruz do Capibaribe, com o fim de alterar as suas atribuições, de modo a ajustá-las à previsão da Res.CPJ 003/2018 e conferir maior equidade e eficiência à atuação ministerial;

CONSIDERANDO o cumprimento das etapas previstas na Resolução CPJ 003/2018, nos autos do procedimento de gestão administrativa SEI 19.20.0415.0006220/2020-83, com o pronunciamento favorável da Corregedoria-Geral do Ministério Públco;

RESOLUÇÃO CPJ Nº 10/2025

Recife, 26 de novembro de 2025

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições contidas no art. 12, inciso II, c/c o disposto no art. 21, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 12, de 27 de dezembro de 1994, com as alterações constantes na Lei Complementar Estadual nº. 21, de 28 de dezembro de 1998;

CONSIDERANDO manifestação da Corregedoria Geral do Ministério Públco, pela necessidade de revisão das atribuições judiciais dos cargos de 1º e 2º Promotor de Justiça de Limoeiro, em virtude da atual nomenclatura das varas judiciais;

CONSIDERANDO o cumprimento das etapas previstas na Resolução CPJ 003/2018, nos autos dos procedimentos de gestão administrativa SEI nº. 19.20.2221.0003946/2025-38, com o pronunciamento favorável da Corregedoria-Geral do

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA José Paulo Cavalcanti Xavier Filho	CORREGEDORA-GERAL Maria Ivana Botelho Vieira da Silva	CHEFE DE GABINETE Frederico José Santos de Oliveira	CONSELHO SUPERIOR
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS INSTITUCIONAIS: Renato da Silva Filho	CORREGEDOR-GERAL SUBSTITUTO Charles Hamilton dos Santos Lima	COORDENADORA DE GABINETE Ana Carolina Paes de Sá Magalhães	José Paulo Cavalcanti Xavier Filho (Presidente) Maria Ivana Botelho Vieira da Silva Aguinaldo Fenelon de Barros Giani Maria do Monte Santos Cristiane de Gusmão Medeiros Carlos Alberto Pereira Vitorio Liliane da Fonseca Lima Rocha Charles Hamilton dos Santos Lima Lucila Varejão Dias Martins
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS: Hélio José de Carvalho Xavier	SECRETÁRIA-GERAL: Janaína do Sacramento Bezerra	OUVIDORA Maria Lizandra Lira de Carvalho	
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS JURÍDICOS: Renato da Silva Filho			

ANEXO I DA RES-CPJ 008/2025**ALTERAÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DE 1^a e 2^a PROMOTOR DE JUSTIÇA DE MORENO**

Cargo	Atribuições anteriores	Novas atribuições
1º Promotor de Justiça	1 ^a Vara	Judicial - Vara Cível da Comarca de Moreno; Extrajudicial - curadorias dos direitos das Fundações, Meio Ambiente, Patrimônio Público, Consumidor, Habitação e Urbanismo, defesa dos direitos da Infância e Juventude, Direitos Humanos, Saúde, Educação e Idoso
2º Promotor de Justiça	2 ^a Vara	Judicial - Vara Criminal da Comarca de Moreno; Extrajudicial - Controle Externo da Atividade Policial e de Combate à Sonegação Fiscal.